



MEDIAÇÃO CULTURAL NAS ESCOLAS COM O APORTE DOS MATERIAIS DE ARQUIVOS E COM O SUPORTE DAS COMPETÊNCIAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Fabiola Preira Costa

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

fabiolajpc@gmail.com

Meri Nadia Marques Gerlin

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

meri.gerlin@ufes.br

Resumo: Estudos da Arquivologia no campo da Ciência da Informação investigam funções, princípios e técnicas da gestão documental e dos fluxos de informação em instituições arquivísticas, requerendo serviços e produtos no âmbito da difusão e da mediação do acervo documental. O exercício da mediação, principalmente no Arquivo Público Municipal, sinaliza convergências entre as competências informacionais e educativas requeridas no Ensino Fundamental. Portanto, o presente estudo assume como objetivo refletir acerca das práticas colaborativas no campo da mediação cultural e da prática educativa desenvolvida por meio da parceria dos arquivos e das escolas, tendo como suporte as competências da Base Nacional Comum Curricular. Para iniciar um diálogo sobre temas como mediação cultural, mediação da informação, prática arquivista e educativa, procede-se a uma pesquisa descritiva e exploratória e, quanto aos procedimentos, a um estudo bibliográfico e documental. A Base Nacional Comum Curricular é um documento nacional de referência para a formulação dos currículos e ações pedagógicas no contexto da educação brasileira, apresentando elementos normativos e norteadores para um ensino básico integrador para a criticidade e democratização da cultura, contemplando conteúdos programáticos e metodologias aplicadas em parceria com o ambiente do arquivo. Com base na análise do documento se reconhece o uso do acervo documental do Arquivo Público como um recurso didático e, por conseguinte, destacam-se competências no campo da informação e da educação direcionadas ao Ensino Fundamental como um espaço de aprendizagem, cultura e produção de conhecimentos.

Palavras-Chave: Arquivística; Arquivo Público; Competências; Ensino Fundamental; Mediação cultural.

CULTURAL MEDIATION IN SCHOOLS WITH THE CONTRIBUTION OF MATERIALS FROM ARCHIVES AND WITH THE SUPPORT OF COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE SKILLS

Abstract: Archival Science studies in the field of Information Science investigate functions, principles and techniques of document management and information flows in archives institutions, requiring services and products within the scope of the dissemination and mediation of the documentary collection. The exercise of mediation, especially in the City Public Archives, signals convergences between the informational and educational skills required in Elementary School. Therefore, the present study aims at reflecting on collaborative practices in the field of cultural and educational mediation developed through the partnership between archives and

schools, supported by the competencies of the National Common Curriculum Base. To start a dialogue on topics such as cultural mediation, mediation of information, archival and educational practice, descriptive and exploratory research is conducted and, regarding the procedures, a bibliographic and documentary study. The National Common Curriculum Base is a national reference document for the formulation of curricula and pedagogical actions in the context of Brazilian education, presenting normative and guiding elements for an integrative basic education for the criticality and democratization of culture, contemplating program contents and methodologies applied in partnership with the archive environment. Based on the analysis of this document, the use of the documental collection of the Public Archives as a didactic resource is recognized and, therefore, competences in the field of information and education aimed at Elementary School as a space for learning, culture and knowledge production are highlighted.

Keywords: Archival Science; Public archives; Skills; Elementary School; Cultural mediation.

MEDIACIÓN CULTURAL EN LAS ESCUELAS CON APORTE DE MATERIALES DE ARCHIVO Y CON APOYO DE LAS COMPETENCIAS DE LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR

Resumen: Estudios de Archivología en el ámbito de las Ciencias de la Información investigan las funciones, los principios y las técnicas de gestión de documentos y flujos de información en instituciones archivísticas, que requieren servicios y productos dentro de la difusión y la mediación de documentos. El ejercicio de la mediación, especialmente en el Archivo Público Municipal, señala la convergencia entre las competencias informativas y educativas requeridas en la Enseñanza Primaria. Por lo tanto, el presente estudio asume como objetivo reflexionar sobre las prácticas de colaboración en el ámbito de la mediación cultural y la práctica educativa desarrollada a través de la asociación de archivos y escuelas, teniendo como soporte las competencias de la Base Nacional Común Curricular. Para iniciar un diálogo sobre temas como mediación cultural, mediación de la información, práctica archivística y educativa, se procede a una investigación descriptiva y exploratoria y, en cuanto a los procedimientos, a un estudio bibliográfico y documental. La Base Nacional Común Curricular es un documento de referencia para la formulación de planes de estudio y acciones pedagógicas en el contexto de la educación brasileña, presentando elementos normativos y orientadores para una enseñanza integradora con criticidad y democratización de la cultura, que contempla contenidos programáticos y metodologías aplicadas en colaboración con los archivos. A partir del análisis del documento, se reconoce el uso de documentos del Archivo Público como recurso educativo y, en consecuencia, se destacan las competencias en materia de información y educación destinadas a la Enseñanza Primaria como espacio de aprendizaje, cultura y producción de conocimiento.

Palabras-Clave: Archivo; Archivo público; Habilidades; Enseñanza fundamental; Mediación cultural.

1 INTRODUÇÃO

Estudos realizados pela Arquivologia no âmbito da Ciência da Informação (CI) investigam funções, princípios e técnicas da gestão documental e dos fluxos da informação em instituições arquivísticas, requerendo considerar os contornos da prática profissional no campo da difusão e da mediação do acervo documental nos arquivos administrativos, escolares, históricos, municipais, entre outros.

Compreendido o arquivo como um conjunto de documentos produzidos organicamente e armazenados com base na missão definida por entidades coletivas e/ou individuais, a sua função social é evidenciada. Portanto, os serviços e produtos da

instituição arquivística, disponibilizados presencialmente e/ou virtualmente, devem assumir a transgressão imposta pelas abordagens inter e transdisciplinares possibilitando diálogos propositivos com os demais campos do conhecimento (BARROS, 2013; BRANDÃO, 2018; GERLIN; SIMEÃO, 2017; KOYAMA, 2016; RODRIGUES, 2006).

Com a adoção de tais abordagens a prática arquivística transcende às atividades de produção, recepção e gestão documental estendendo-se ao campo das ações disseminativas e educativas dos acervos dos arquivos. Os arquivos municipais e estaduais situam-se na categoria dos bens materiais tangíveis comumente apropriados pela Educação Patrimonial, contemplando ações centradas no Patrimônio Cultural e diretamente ligadas à produção de conhecimento individual e/ou coletivo.

Enquanto a Educação Patrimonial proporciona a apropriação e a valorização da herança cultural de um grupo, país e/ou nação, o uso pedagógico dos documentos de arquivos se constituem como estratégias didáticas direcionadas à recuperação e apropriação da informação no processo ensino e aprendizagem (ALDABALDE, 2018, 2021; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006). A função educativa do arquivo em ambientes de aprendizagens depende da parceria estabelecida com instituições como bibliotecas, empresas, universidades, centros de educação infantil, escolas do ensino fundamental e médio, proporcionando, por outro lado, que o relacionamento com a sociedade se torne cada vez mais complexo.

A composição das redes de conexão com colaboradores como administradores, agentes culturais, bibliotecários, gestores, historiadores, museólogos, pedagogos e professores é uma estratégia para lidar com as mudanças decorrentes da revitalização da instituição arquivística. De repente, o atendimento que costumava contemplar historiadores, administradores e demais sujeitos caracterizados como usuários frequentes, encontra-se em expansão com a abertura da instituição arquivística para os demais cidadãos que manifestarem interesse em consultar o seu acervo documental. O recebimento de novos usuários, dentre eles os sujeitos da comunidade escolar, exige a qualificação dos seus produtos como fonte educativa e a sua caracterização como um espaço potencial de apoio às políticas, programas e ações educacionais.

Os programas educativos fortalecem a interação entre o arquivo e a escola ao incentivar a frequência de usuários potenciais como o professor, o aluno e, sobretudo, viabilizar a valorização dos produtos oferecidos (BELLOTTO, 2006), momento no qual as atividades educativas e culturais desenvolvidas, especialmente nos Arquivos Públicos, apoiam políticas institucionais da Educação Básica compreendendo a Educação Infantil, o

Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Arquivos dessa natureza potencialmente promovem parcerias com a modalidade do Ensino Fundamental ao considerar o ponto de vista historiográfico de uma maneira geral (BELLOTTO, 2014, 2006; BRASIL, 2010, 2018).

Esses apontamentos sinalizam convergências entre as práticas dos professores, bibliotecários escolares e arquivistas por meio da realização de pesquisas em fontes primárias custodiadas por Arquivos Públicos Municipais, fornecendo elementos para planejamentos dialógicos entre os usuários, os educadores e os profissionais arquivistas em processos de difusão e mediação da informação. A difusão tem como objeto final a transmissão da informação que se dirige ao público do arquivo no decorrer dos processos de mediação e recuperação da informação, nesse ínterim, inter-relacionando-se, com a mediação da informação e a mediação cultural. Almeida Júnior (2009 p. 92) define a mediação da informação como

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O arquivista necessita desenvolver (novas) metodologias e usar ferramentas adequadas para o tratamento e o armazenamento (mediação implícita) que culmina na disseminação do acervo documental (mediação explícita) (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013). A mediação da informação ocasiona numa prática de interferência para sanar a necessidade de informação, e é nesse momento que a competência em informação também é solicitada devido proporcionar ao usuário/educando a autonomia necessária em processos de busca, recuperação, avaliação, uso e comunicação da informação (GERLIN, 2020).

A mediação cultural engloba a mediação da informação com um diferencial de que é desenvolvida junto com os usuários do arquivo que assumem um protagonismo ao se verem como sujeitos da atividade, que se desenvolve com a apropriação dos objetos de arquivos tangíveis e intangíveis e, para que ela ocorra, é imprescindível disponibilizar produtos e serviços informativos em consonância com a necessidade de democratização da cultura que cada instituição pode, deve e/ou precisa compartilhar.

A mediação cultural – termo mais amplo que em nosso entendimento engloba a mediação da informação, por ser a informação um objeto cultural - requer do mediador competências e atitudes de um protagonista cultural, para atuar como tal junto a outros protagonistas, com conhecimentos interdisciplinares e consciência de sua função social (LIMA; PERROTTI, 2016, p. 162).

Com o planejamento das atividades de difusão e de mediação cultural o arquivista juntamente com o professor, o bibliotecário escolar e o historiador, tornam-se responsáveis pela disseminação da informação, promoção do arquivo e democratização das práticas culturais e educativas nesse ambiente. Cabe a esse profissional propor e implantar projetos e ações direcionadas para a formação de usuários reflexivos com competências (habilidades, conhecimentos e atitudes) para compreender “[...] o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade” (BELLOTTO, 2014, p. 142).

Diante do exposto, questiona-se quais são as competências, diretrizes e/ou apontamentos necessários ao desenvolvimento das atividades educativas e culturais requeridas pelo trabalho que envolve os ambientes arquivísticos e escolares? Com base na questão apresentada, assume-se o objetivo de refletir acerca das práticas colaborativas no campo da mediação cultural e da prática educativa desenvolvidas por meio da parceria entre os arquivos e as escolas, tendo como base as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2 (CON)TEXTOS DA INVESTIGAÇÃO

Com a meta de dialogar sobre ações colaborativas desenvolvidas entre a instituição arquivística e o ambiente escolar, especificamente, pertencente ao Ensino Fundamental, permite-se a continuidade dos estudos iniciados na linha de pesquisa “Cultura, Mediação e Uso da Informação”¹. Em relação ao objetivo proposto este estudo apresenta características da pesquisa exploratória e descritiva e, quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2011).

A premissa de que os itens documentais do arquivo associados às práticas educativas convergem com o conteúdo normativo apresentado pela BNCC, incentiva a realização da pesquisa documental. Por meio dessa pesquisa procura-se descrever as características das (novas) abordagens pedagógicas contidas neste documento, explorando as competências gerais nele apresentadas para refletir sobre a contribuição da mediação cultural no processo de ensino e aprendizagem vivenciado sobretudo na escola.

A BNCC é um documento de referência nacional com a formulação de políticas para os ambientes escolares brasileiros, elencando elementos normativos e norteadores para

¹ Resultados obtidos nas disciplinas “Informação e Cultura” e “Projeto de Dissertação” do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Espírito Santo (COSTA, 2021).

um Ensino Básico integrador e contemplando conteúdos programáticos curriculares e metodologias que podem ser adaptadas para diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 2018). Entre outros ambientes, este documento reconhece a biblioteca e o arquivo como espaços educativos, ao descrever como

[...] é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros) [...] (BRASIL, 2018, p. 355).

Considerar a natureza qualitativa deste estudo permite explorar elementos contextuais para uma interlocução com a BNCC e com o trabalho desenvolvido na Biblioteca Escolar (LIMA; PERROTTI, 2016; PEREIRA et al., 2021) e no Arquivo Público (ALDABALDE, 2018; COSTA; ALDABALDE, 2020).

Os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica convergem para a mediação cultural realizada nos ambientes arquivísticos públicos e municipais (ALDABALDE, 2018, 2021; BELLOTTO, 2006, 2014; BORGES; SANTOS, 2014; ALMEIDA JÚNIOR, 2009; FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013), enquanto a pesquisa documental (BRASIL, 1988, 1991, 2005, 2010, 2018) auxilia no entendimento dos elementos norteadores da prática cultural, educativa e informativa no Ensino Fundamental.

3 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NORTEADORA DA PRÁTICA EDUCATIVA, INFORMATIVA E CULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de Arquivos Públicos, em seu Art. 17 confere às instituições arquivísticas a responsabilidade pela administração da documentação pública ou de caráter público, seja a instituição de âmbito federal, estadual ou municipal (BRASIL, 1991). O Arquivo Público Municipal é a “[...] instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta” (CAMARGO; MACHADO, 2000, p. 14), podendo ser considerado como um verdadeiro “repositório do patrimônio histórico documental” (BELLOTTO, 2014, p. 135).

Os Arquivos Públicos Municipais e as relações existentes com o contexto do município no qual residem é um fator essencial e considerado natural conforme apontado por Bellotto (2014), devido ao fato de acompanharem mais de perto o cotidiano do cidadão e, portanto, salvaguardar registros cotidianos. No que tange a responsabilidade de instituições arquivísticas públicas municipais, é garantidora dos serviços de

atendimento administrativos que ocorrem de forma concomitante com os atendimentos vinculados à pesquisa no acervo permanente que custodia (PAES, 1998).

Para Bellotto (2014, p. 138), “[...] os arquivistas tardaram em descobrir que poderiam, com incrível riqueza de material disponível, ir mais além de sua missão na área da pesquisa histórica profissional, proporcionando aos não especialistas um verdadeiro divertimento cultural”, tornando-se essencial o reconhecimento da “[...] real validade de um serviço educativo de arquivo como componente da própria estrutura funcional da instituição” (BELLOTTO, 2006, p. 231). Para contribuir com esse processo, apresentam-se parâmetros curriculares presentes na BNCC e as suas interlocuções com as atividades educativas, informativas e culturais a partir do uso de documentos arquivísticos.

Os marcos legais que embasam a BNCC encontram-se fundamentados pela legislação e por ações registradas no final do século XX, constituindo-se como um documento norteador dos currículos escolares contemplando a realidade escolar desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa de formação do educando (BRASIL, 2018), não extinguindo os aspectos sociais e metodológicos de cada etapa escolar, levando em conta as particularidades de cada uma e concebendo a participação da instituição arquivística no processo de ensino e aprendizagem.

A Constituição Federal prevê na década de 1980 conteúdos mínimos para o ensino fundamental com a meta de assegurar a formação básica comum e os valores culturais e artísticos nacionais e regionais (BRASIL, 1988). Com base no marco constitucional, na década de 1990 registram-se iniciativas relacionadas com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) contendo ações e práticas direcionadas para o currículo do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação apresentam princípios da reforma curricular e orientam o professor na busca de novas abordagens e metodologias (BRASIL, 2005, 2010 e 2018).

Foram criados um conjunto de documentos publicados por meio de portarias e resoluções que culminaram na versão final d BNCC: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino

Médio (PNFEM); Plano Nacional de Educação (PNE); as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM); o Plano Nacional de Educação (PNE); Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular e Base Nacional Comum Curricular.

Os documentos que foram publicados por cerca de quatro décadas culminaram na constituição da BNCC, ressaltando-se a contribuição de ações como o “I Seminário Interinstitucional para elaboração da Base Nacional Comum Curricular”, resultando na portaria responsável por instituir a “Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular”. Os trabalhos realizados no Seminário, foram seguidos pelas seguintes ações: 1ª versão da Base Nacional Comum Curricular foi disponibilizada para consulta foi lançado como um documento preliminar; 2ª versão do documento no momento em que professores, gestores e especialistas se reuniram em 27 Seminários Estaduais; versão final da BNCC entregue pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) seguido da homologação do documento da BNCC. Elaborada com a colaboração de professores e especialistas de várias áreas do conhecimento, esperou-se que o documento correspondesse às demandas da sociedade contemporânea preparando o estudante para desenvolver competências escolares e habilidades por toda a vida (BRASIL, 2018).

Estruturada em três etapas da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, a BNCC descreve, para cada etapa, as competências que se deve alcançar e apresenta a organização das aprendizagens de cada uma. Na etapa da Educação Infantil preocupa-se com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que envolvem a convivência, participação, brincadeira, exploração, expressão e o autoconhecimento com o intuito de viabilizar o crescimento integral da criança. Classifica-se em três grupos: os bebês de zero a um ano e seis meses, as crianças de um ano e sete meses a três anos e onze meses e, por fim, as crianças de quatro anos a cinco anos e onze meses. Apresenta cinco eixos de trabalho: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Dentro de cada campo de experiência são apresentados objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos de cada grupo, respeitando as características e atribuições de cada um.

No Ensino Médio os componentes curriculares são distribuídos em quatro áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências

da natureza e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas; além de dois componentes curriculares destinados da 1ª à 3ª série: Língua Portuguesa e Matemática. Para cada área de conhecimento são apresentadas competências específicas que por sua vez, relacionam-se às habilidades que representam as aprendizagens fundamentais que devem ser garantidas a cada estudante do Ensino Médio. Cada área do conhecimento possui a descrição de seus respectivos papéis e contribuições na formação integral dos alunos, bem como seus objetos de conhecimento levando em consideração as especificações do alunado e os contextos aos quais estão inseridos desde o Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental, objeto de estudo desta pesquisa, é sistematizado em cinco áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso; totalizando nove componentes que comportam os componentes curriculares-destinados aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) do referido nível de ensino. Os componentes curriculares referentes ao Ensino Fundamental estão alocados nas em cinco áreas do conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso – e totalizam totalizando nove componentes. A área de conhecimento referente a Linguagens comporta língua portuguesa, arte, educação física e língua inglesa; em Matemática o componente diz respeito à matemática; em Ciências da Natureza está relacionado como componente curricular itens referentes às ciências; em Ciências Humanas estão incluídos os componentes de geografia e história; e em Ensino Religioso é abordado o ensino religioso.

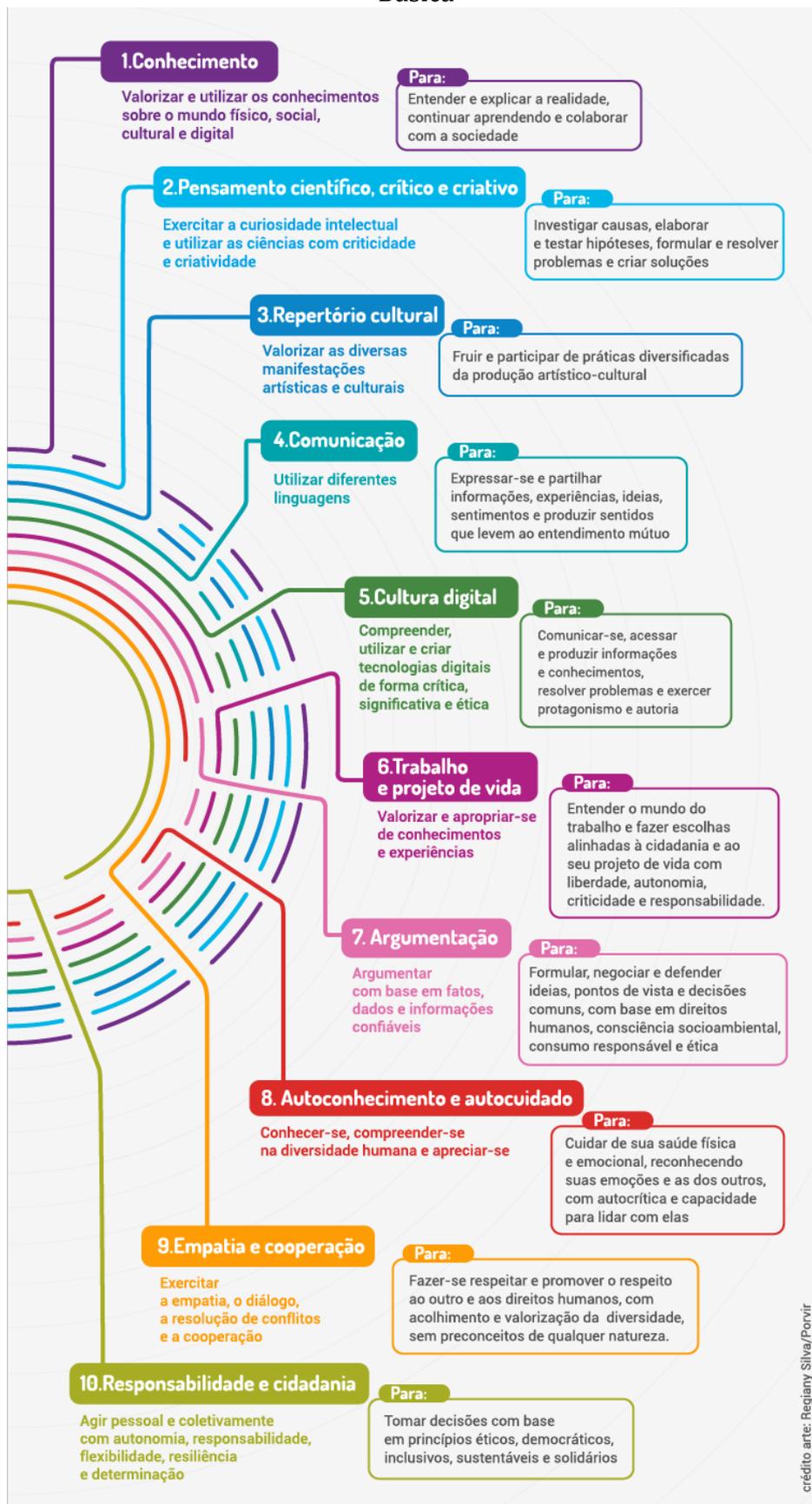
Por conseguinte, selecionam-se a esta análise deste estudo os componentes curriculares que compõem a área de conhecimento de Linguagens, com destaque para a “Língua Portuguesa”, e aqueles que são componentes da área de conhecimento de Ciências Humanas, com ênfase no componente curricular da História (BRASIL, 2018).

O “componente curricular Língua Portuguesa” aborda as diferentes práticas de linguagens e reforça a importância das discussões acerca do respeito às particularidades linguísticas existentes na sociedade e, em respeito a todas as particularidades e aos modos e formatos que a linguagem abrange, traça orientações que ampliam as possibilidades de trabalho do referido componente, fazendo uso de recursos diversificados de fontes (BRASIL, 2018). Um exemplo está prescrito no Eixo Leitura que ao abordar sobre o tratamento das práticas leitoras expressa sobre a análise textual abrangendo critérios investigativos quanto ao contexto sócio-histórico de circulação do texto analisado, objetivos, pontos de vista, época e o papel social da autoria.

Outro destaque é o “componente curricular História” que faz parte da área de conhecimento de Ciências Humanas (BRASIL, 2018), do qual emergem as possibilidades de realização das atividades de práticas de mediação cultural conforme levantado na pesquisa bibliográfica e documental, tais como: exposições de itens documentais como fotografias, visitação de ambientes arquivísticos para acesso a acervos que retratem a administração pública e os processos que envolvem a denominação das ruas e monumentos, favorecendo o aprendizado sobre os patrimônios históricos e culturais presentes nos lugares de vivência dos educandos (BELLOTTO, 2014; KOYAMA, 2016).

Apontado como a etapa mais extensa da Educação Básica, o Ensino Fundamental atende as idades entre 6 e 14 anos e totaliza nove anos de duração. São considerados anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; e os anos finais são considerados do 6º ao 9º ano. Para cada área do conhecimento são elencadas competências específicas que dialogam com as **competências gerais da Educação Básica** (Imagem 1), explicitando como essas são expressas nas referidas áreas. Ainda sobre as competências presentes nessa etapa, para as áreas do conhecimento que comportam mais de um componente curricular as competências são específicas de acordo com cada componente. Os objetos de conhecimento são compreendidos como os conteúdos, conceitos e processos que são organizados em unidades temáticas.

Imagem 1 – Infográfico com as competências desenvolvidas ao longo da Educação Básica



Fonte: Competências Gerais da BNCC (2018)².

² <https://porvir.org/entenda-10-competencias-gerais-orientam-base-nacional-comum-curricular/>

Na BNCC a competência é considerada como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08). As competências gerais descritas na BNCC valorizam as relações, os saberes e os saberes dos educandos como elementos constituintes da construção do conhecimento na educação básica, assim como as competências informativas demandam a compreensão da informação e a produção de conhecimentos por meio da leitura do meio social do indivíduo e do coletivo (GERLIN, 2020). Nessa direção, há de se considerar a aproximação entre os conceitos acerca das competências discutidas no âmbito da CI e as competências gerais apresentadas pela BNCC.

As habilidades informativas e educativas estão relacionadas aos componentes curriculares e tem como objetivo proporcionar subsídios para o desenvolvimento das competências específicas através das aprendizagens consideradas como essenciais respeitando os diferentes ambientes escolares nos quais os educandos estão inseridos. Assim sendo, 10 competências gerais da educação básica são representadas no infográfico (Imagem 1). Essas competências orientam que o processo ensino e aprendizagem seja propício ao aluno de modo que o possibilite, “[...] fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas [...] envolvidas na leitura crítica de textos verbais e de outras produções culturais” (BRASIL, 2018, p. 72).

As competências, em tese, são alcançadas pelos educandos ao longo da Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - a fim de “[...] assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 25). Além das competências gerais, são apresentadas as competências direcionadas a cada nível de ensino e às particularidades dos mesmos tais como as áreas de conhecimento e componentes curriculares. As referidas orientações são realizáveis por meio do acesso a itens documentais como manuscritos viabilizando, além de novos formatos metodológicos como mencionado na BNCC, a utilização de documentos arquivísticos como recurso didático a partir da exploração de fontes primárias de informação e de um trabalho lúdico no processo de mediação cultural (BELLOTTO, 2006).

Conforme apontado, a elaboração da BNCC é resultado de estudos, contribuições e melhorias dos documentos que a antecedem e, por esse motivo, ao apresentar a trajetória do referido documento contribui com o planejamento das ações de mediação cultural no

Arquivo Público Municipal que estabelece contato com usuários do Ensino Fundamental. As instituições arquivísticas colaboram com a transformação da consciência cidadã da sociedade, contando com a contribuição de competências informativas da BNCC e das competências necessárias para compreender que “[...] a abertura dos arquivos ao público escolar, aos estudantes do ensino fundamental e médio, pode trazer benefícios didáticos” (BELLOTTO, 2014, p. 141).

4 COMPETÊNCIAS E PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL COM BASE NO ACERVO DA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Ao atender demandas informacionais de instituições escolares, os arquivos, as bibliotecas e outras unidades de informação contribuem com o ensino e a aprendizagem exercendo um papel mediador no desenvolvimento social e cultural dos sujeitos, viabilizando ferramentas para fortalecer a educação cidadã (RAMOS; REAL; OLIVEIRA, 2018). Fortalecer as habilidades de busca, disseminação e uso da informação no Ensino Fundamental é essencial, valorizando experiências adquiridas pelos educandos frente aos desafios sociais e emocionais decorrentes da transição entre a infância e a adolescência (ANDRADE *et al.*, 2015; BRASIL, 2018).

Partindo da premissa de que as atividades do arquivista não se restringem ao processamento técnico, à gestão dos ambientes informacionais, entre outras atividades técnicas demandadas, é possível compreender que a mediação e a disseminação da informação tendem a contribuir no ambiente escolar de forma interativa e estratégica, podendo integrar a prática da mediação cultural aos planejamentos das atividades curriculares (FERREIRA; ALMEIDA JUNIOR, 2013; SILVA; VENTORIM, 2016).

Os itens documentais do Arquivo Público Municipal podem ser associados às práticas de mediação cultural em Escolas do Ensino Fundamental, convergindo com o conteúdo normativo apresentado pela BNCC. O exposto permite considerar que novas abordagens podem contribuir de forma construtiva no processo ensino e aprendizagem, já que esse documento de referência, voltado para a formulação dos currículos escolares no contexto brasileiro, apresenta competências e elementos normativos norteadores em atendimento aos conteúdos programáticos.

No Ensino Fundamental é que se reforça a necessidade de oferecer aos educandos ferramentas e práticas escolares diversificadas, as quais lhe permitam interagir com o processo de ensino e aprendizagem de modo crítico a partir do acesso a diferentes fontes de informação e conhecimentos (KOYAMA, 2012). Em vista da necessidade do acesso aos novos formatos de comunicação que emergem do avanço tecnológico, a BNCC orienta

sobre o aproveitamento do potencial que os educandos possuem em interagir com o meio digital, pautando sempre a interação entre educandos, educadores e os espaços e ambientes ocupados por eles no decorrer do processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2018).

Os diálogos presentes na BNCC ganham visibilidade nos estudos das mais variadas áreas que trabalham com a informação, sobretudo para a Arquivologia e Biblioteconomia, com destaque para o campo de estudos sobre a mediação da informação e cultural, das competências leitora e em informação. A competência em informação que requer saber buscar, avaliar e usar a informação e a produção de conhecimentos adquiridos ao longo de toda vida, encontra-se relacionada com a competência leitora responsável pelo desenvolvimento da avaliação e leitura crítica dos documentos e pelo uso ético e legal da informação recuperada (GERLIN, 2020).

A compreensão e a utilização de documentos com diferentes linguagens e tecnologias é condição essencial para a produção do conhecimento e para a resolução de problemas escolares e sociais, além da habilidade de argumentação baseada em informações confiáveis serem imprescindíveis para o desenvolvimento da cidadania, podendo ocasionar em metodologias aplicadas para a escola tanto quanto para o arquivo. Na medida em que no ambiente do arquivo a competência em informação compreende a apropriação da informação, as competências informativas aproximam-se das competências gerais descritas na BNCC que valorizam as relações, os saberes e as vivências dos indivíduos como elementos constituintes da construção do conhecimento ao longo da educação básica e ao longo de toda vida.

O processo da mediação cultural ocasiona na apropriação e no uso da informação arquivística por meio da realização de atividades como rodas de leituras, encontros com autores, declamação de poesias, dramatizações, apresentações musicais, dentre outras expressões artísticas e formativas decorrentes da aproximação da comunidade, interna e externa, do Ensino Fundamental e do Arquivo Público Municipal (BELLOTTO, 2006; PERROTTI; PIERUCCINI, 2014).

Em vista de que ao acervo do arquivo pode disponibilizar informações contidas em mapas, fotografias, documentos pessoais, jornais, livros raros e outros manuscritos, uma diversidade de atividades culturais são desenvolvidas no Arquivo Público e podem ser adaptadas para o atendimento do trabalho educativo nesse ambiente, dentre elas as oficinas, as palestras, os debates, os lançamentos de obras e os concursos sobre temas no âmbito da história geral e regional brasileira também são recorrentes em museus,

bibliotecas e teatros (BELLOTTO, 2014; ALDABALDE, 2021). O Quadro 1 reúne um conjunto de práticas culturais direcionadas para a mediação cultural de itens arquivísticos repensadas à luz das competências gerais da BNCC (BRASIL, 2018).

Quadro 1 – Competências educativas e práticas culturais para mediação de itens arquivísticos

Competências da Base Nacional Comum Curricular	Práticas culturais para a mediação de itens arquivísticos	
1 Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.	Mapas e outros documentos topográficos do município	Visitas ao arquivo organizadas pelos arquivistas e professores para a apropriação da informação
2 Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.	Registros de patrimônios históricos e culturais	Trabalhos de pesquisa histórica simplificada, para que os alunos se iniciem no conhecimento das fontes de informação
3 Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.	Registros fotográficos e de vídeos	Distribuição de kits pedagógicos, constituídos de reproduções dos itens arquivísticos contendo um acontecimento marcante para o município
4 Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Livros, revistas, jornais e outros manuscritos históricos	Aulas de história, geografia e de outras disciplinas no arquivo e/ou na escola, com temas previamente escolhidos por alunos, professores e arquivistas
5 Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.	Documentos como certidões de nascimento e casamento	Exposições de originais no arquivo que ilustrem as aulas de história, português e de outras disciplinas correlatas
6 Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.	Certificados, atestados e declarações	Concursos de produção de textos a partir de temas dados nas atividades culturais, envolvendo os documentos do arquivo
7 Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.	Documentos pessoais como bilhetes de identidade, cartões e cartas	Campanhas de coleta de documentos familiares para que possam formar coleções, de modo que constituam a memória local e municipal
	Cartões postais e registros de postagens nas mídias sociais	

Fonte: Adaptado para o contexto da pesquisa (2022)³.

³ Quadro publicado originalmente por Costa (2018) e adaptado com a contribuição de Bellotto (2014) e Aldabalde (2021).

As ações descritas são importantes para o atendimento do público externo do Arquivo Público Municipal destacando-se o número expressivo de estudantes nessa tipologia de arquivo, identificado por Koyama (2016) como um dos mais importantes grupos de usuários de acervos documentais com demandas oriundas das pesquisas de cunho acadêmico com destaque para a área de historiadores. Esse tipo de arquivo viabiliza “o contato direto do aluno com as fontes primárias” (BELLOTTO, 2006, p. 234), possibilitando a busca, a seleção e o uso de documentos em apoio ao processo ensino aprendizagem, desempenhando um importante papel na garantia do acesso à informação no Ensino Fundamental e se constituindo como fonte para “[...] estudantes na busca por informações para a realização de pesquisas e trabalhos” (BORGES; SANTOS, 2014, p. 312).

O desenvolvimento das competências leitora e em informação acrescentam na compreensão de acontecimentos históricos e na análise das relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, já que o aluno precisa do domínio de variadas modalidades de linguagens (textual, imagética, sonora, gráfica, tecnológica, matemática, sinalizada, topográfica, etc.) para interpretar e compreender os diferenciados contextos informativos contidos nos mapas, jornais e revistas que constituem a história do município (BRASIL, 2018; GERLIN, 2020).

Para posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários e compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica (BRASIL, 2018) é preciso compartilhar e experimentar uma estrutura de acesso e leitura da informação multimodal (variadas linguagens previstas na BNCC), de forma que conduza o aluno ao processo de aprendizagem necessária para contribuir com ações colaborativas por meio da mediação cultural.

Com o enfoque das diretrizes direcionadas ao Ensino Fundamental, destaca-se a possibilidade de o arquivo estabelecer parcerias aos alunos, docentes, bibliotecários escolares e demais sujeitos que atuam no ambiente escolar, partindo de variados contextos e realidades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem e a realidade vivida no contexto social e cultural de cada indivíduo que também é um potencial usuário da informação, educando da vida e cidadão do mundo, foram citados diversos ambientes que favorecem o desenvolvimento de parâmetros que contemplam uma formação ampla, considerando toda a complexidade que envolve o desenvolvimento humano (BRASIL, 2018).

Com base na análise do documento identifica-se o acervo documental do arquivo público como um recurso didático e, por conseguinte, destacam-se competências nos campos da informação e da educação direcionadas ao período escolar do Ensino Fundamental que é um momento de aprendizagens, de busca da informação e de produção de conhecimentos processos esses possibilitados pelas competências informativas (articulação da competência leitora e em informação) estudadas pela Arquivologia no âmbito da CI e áreas interdisciplinares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC é um documento nacional de referência para a formulação dos currículos e ações pedagógicas no contexto da educação brasileira, apresentando elementos normativos e norteadores para um ensino básico integrador para a criticidade e democratização da cultura e contemplando conteúdos programáticos e metodologias que podem ser trabalhadas em parceria com o ambiente do arquivo conforme pôde ser ventilado no desenvolvimento da seção anterior.

Nota-se, a partir da análise, que a participação dos profissionais arquivistas não se restringe apenas à elaboração de planejamentos e diretrizes de trabalhos que envolvam as competências informativas e a mediação informacional, uma vez que as demandas educacionais expressas no documento da BNCC, no que tange aos novos métodos e abordagens de ensino e aprendizagem, refletem na necessidade da aplicação de metodologias adequadas para cada realidade na qual os ambientes do Arquivo Público e da Escola do Ensino Fundamental encontram-se inseridas.

Considera-se que por meio da exploração dos itens arquivísticos como mapas, jornais, fotografias e documentos pessoais um diálogo possa emergir entre o profissional da informação e os protagonistas da escola, que necessitam recuperar e se apropriar de informações relacionadas com as áreas do conhecimento do currículo divididas em Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Desse modo, as orientações e as competências da BNCC fornecem orientações para o planejamento de atividades culturais e educativas importantes para a efetivação da prática da mediação cultural.

As atividades culturais tornam-se justificáveis e aplicáveis tendo em vista que podem envolver, para além da área da História explorada no Arquivo Público Municipal, outras disciplinas requeridas pelo Ensino Fundamental reunindo, com isso, uma diversidade de áreas do conhecimento que tocam em demandas sociais, comunicacionais, políticas, econômicas e tecnológicas. Por conseguinte, urge a necessidade de se pensar a

mediação cultural como responsável pela intermediação da apropriação dos documentos arquivísticos e pelo conhecimento necessário à formação integral do educando e outros sujeitos aprendentes.

REFERÊNCIAS

- ALDABALDE, T. V. Arquivos para o desenvolvimento da competência material em atividades didática. *In*: KOYAMA, A. C.; PARRELA, I.; PRADO, G. V. T.; BRAGANÇA, I. F. S. (org.). **Memórias, narrativas e suas linguagens**: arquivos, mídias e educação para outros devires. São Paulo: FE-UNICAMO Editora, 2021. p. 156-179
- ALDABALDE, T. V. Diversidade na instituição arquivística: Um levantamento de práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, p. 109-128, 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ANDRADE, D. M.; SILVA, L. C. C.; MOTTA, M. L. B.; CARVALHO, M. A.; D'AGOSTINI, Y. C. Competência informacional de estudantes do ensino médio de rede de ensino de Belo Horizonte – Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2015.
- BARROS, T. H. B. Os arquivos, a arquivística e o discurso: alguns marcos históricos e conceituais. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 1, 2013.
- BELLOTTO, H. L. Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. *In*: Antônio Carlos Duarte de Carvalho (org.). **Memória da Saúde**: Desafios e Possibilidades do Trabalho em Arquivos e Museus de Ciência. Ribeirão Preto: FUNPERC-RP, 2006, v. 1, p. 41-52.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2014.
- BORGES, J.; SANTOS, K. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, out. 2014. ISSN 0103-3557.
- BRANDÃO, G. S. Competências Infocomunicacionais e o Arquivista: Mediação para a Apropriação da Informação. **Ponto de acesso**, Salvador, 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 1991.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Secretaria de Edições e Publicações, 2005.

CAMARGO, A. M. de A; MACHADO, H. C. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

COSTA, F. P. **Diretrizes à mediação cultural com documentos arquivísticos**: um estudo sobre práticas com o acervo do Arquivo Público de Vitória (ES) a partir da Base Nacional Comum Curricular. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

COSTA, F. P.; ALDABALDE, T. V. Um estudo dos usuários e usos do Arquivo Municipal de Vitória. **Acervo**, v. 33, n. 3, p. 86-101, ago. 2020.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, p. 158-167, 2013.

GERLIN, M. N. M. **Competência leitora e competência em informação**: saberes e fazeres necessários ao acesso da informação (hiper)textual no século XXI. Vitória (ES): EDUFES, 2020.

GERLIN, M. N. M.; SIMEAO, E. Transgressões no campo da Ciência da Informação: abordagens de uma prática científica em permanente constituição. **Em Questão**, v. Online first, p. 1-26, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

KOYAMA, A. C. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 29, n. 2, jul.-dez., p. 74-88, 2016.

KOYAMA, C. A. Educação patrimonial em arquivos on-line: narrativas em rede e seus tecidos. **Resgate**. vol. XX, n. 23 - jan./jun., p. 7-17, 2012.

LIMA, C. de B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, jul./dez. 2016.

PAES, M. L. O conselho nacional de arquivos, o sistema nacional de arquivos e os arquivos municipais. **Ágora**, n. 8, p. 230-249, 1998.

PEREIRA, G.; CAETANO, A. M. P.; SANTANA, M. V. B.; RIBEIRO, T de J. O lugar da biblioteca e do bibliotecário na Base Nacional Comum Curricular. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 15, maio de 2021.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014.

RAMOS, F. B.; REAL, D. C.; OLIVEIRA, F. R. Bibliotecas escolares: leitura, (in)formação e cultura para uma educação cidadã. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 84-97, set. 2018.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

SILVA, E. V.; VENTORIM, S. A condição docente do bibliotecário escolar na educação básica. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4 n. 2, n. 2, p. 94-108, 2016.